

Os registros paroquiais como fonte de pesquisa para a História da Educação (1926-1938)

Douglas Orestes Franzen* e Leandro Mayer**

Palavras-chave:
Itapiranga
Escola paroquial
Arquivo

Resumo: O texto busca analisar a contribuição que os registros e documentos paroquiais podem oferecer para a compreensão do contexto educacional da colonização étnica e confessional Porto Novo, entre os anos de 1926 e 1938. Ao abordar a conjectura do arquivo da Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga-SC, é possível contextualizar o padrão de escola construída na região sob os moldes do catolicismo e da etnicidade alemã, visando colaborar na compreensão de um modelo escolar próprio denominado de Escola Paroquial.

Keywords:
Itapiranga
Parochial School
Archive

Abstract: The text seeks to analyze the contribution that the registers and parochial documents can make to the understanding of the educational context of ethnic and confessional colonization Porto Novo, between the years 1926 and 1938. The approach conjecture the file of the parish St. Peter Canisius of Itapiranga-SC, in order to contextualize the school pattern that sought to build in the region under the molds of Catholicism and German ethnicity aiming to contribute to the understanding of a school model itself called parochial School.

Recebido em 22 de setembro de 2015. Aprovado em 15 de dezembro de 2015.

Considerações iniciais

Os registros paroquiais são importantes fontes de estudos historiográficos, pois apresentam apontamentos, conclusões e análises sociais realizados por padres e religiosos sobre acontecimentos e fatos transcorridos na história local. O olhar clerical sobre a sociedade nos mostra algumas características do padrão social que se pretendeu implantar na colonização de Porto Novo, aspecto que consideramos relevante para entender o modelo educacional implantado e que transcendeu a esfera espaço-temporal a que se propõe este texto.

Os registros paroquiais, que são encontrados principalmente junto às paróquias católicas, podem ser dos mais diversos, como registros de batizados, casamentos, óbitos, festas entre outros. Contudo, a nossa abordagem centra-se na análise dos registros presentes no Livro Tombo, pertencente à Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga, contendo anotações e registros do clero sobre diversos aspectos da sociedade, relacionados

à igreja, educação, relatórios de visitas pastorais e até mesmo apontamentos sobre o período da Segunda Guerra Mundial.

Implantada em 1926, é uma das paróquias mais antigas do oeste de Santa Catarina e, os registros do Livro Tombo se fundem com o início e o desenvolvimento do projeto de colonização Porto Novo. Nesse sentido, o Livro Tombo contém relevantes registros a partir do final da década de 1920, quando ocorreu a instalação da paróquia na antiga colônia Porto Novo, sendo este um documento de valor precioso, capaz de identificar e revelar importantes conjecturais temporais. Neste estudo, utilizaremos o documento paroquial para discorrer sobre a trajetória da história colonização e do desenvolvimento educacional na colônia Porto Novo.

Para tanto, analisa-se o processo de formação da colonização Porto Novo, visando conjecturar quem foram os idealizadores do projeto de colonização e sob quais estruturas ela desenvolve-se. Nesse viés de caracterização da colonização, parte-se, na sequência,

*Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo, professor da FAI Faculdades de Itapiranga e servidor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga. Email: douglas_franzen@yahoo.com.br

**Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo, servidor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga. E-mail: mayerleandro@yahoo.com.br

para uma análise da estrutura escolar implanta na região sob a coordenação de ordens religiosas, o que se denominou de Escola Paroquial.

O texto busca, então, caracterizar e catalogar o acervo documental da Paróquia São Pedro Canísio, oferecendo subsídios para análises do contexto escolar e social entre os anos de 1926 e 1938. O objetivo é de reforçar a relevância dos registros paroquiais para a compreensão da história da educação local no período em que predominaram as estruturas denominadas de Escolas Paroquiais, na perspectiva de que estas demonstram a intencionalidade na construção de um padrão de sociedade alicerçado no confessionalismo católico e na etnicidade alemã.

A Colônia Porto Novo: uma organização coletiva teuto católica

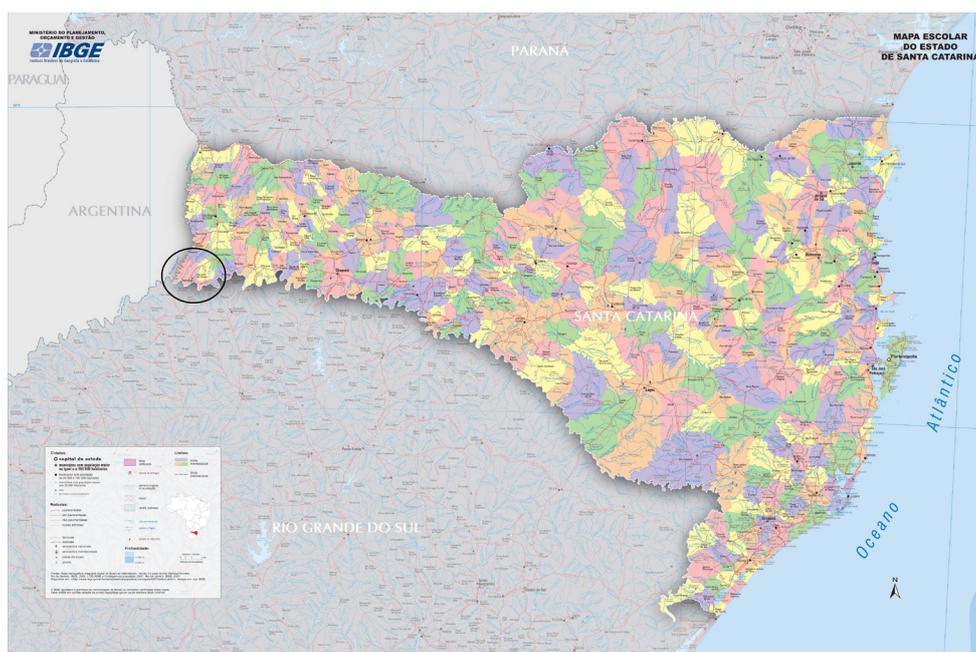
O projeto de colonização Porto Novo teve sua fundação oficial no ano de 1926. A colonização foi planejada, organizada e promovida pela *Volkverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* - Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, fundada em 1912 pelos jesuítas alemães de São Leopoldo, R.S. (WERLE, 2011). Entre os colonos, era conhecida simplesmente como *Volkverein* - Sociedade

União Popular. Segundo Eidt (2011), “o projeto foi uma resposta concreta do novo modelo eclesial, tão desejado pela igreja romana do século XIX”. Conforme Rohde (2011, p. 20), em sua essência, a SUP (Sociedade União Popular) visa atender as demandas materiais, espirituais e culturais de seus associados, cujo número chegou a 12 mil alemães no final da década de 30, antes do início da 2ª Guerra Mundial.

Sobre a *Volkverein*, Klauck salienta que “a essência dos objetivos dessa associação resume-se em organizar os católicos de ascendência alemã em torno de uma sociedade que preconizasse o seu bem-estar social, material e religioso” (KLAUCK, 2014, p. 143). Sobre a entidade, Gertz complementa que “é a expressão mais importante de instituição católica ligada ao trabalho com os católicos de origem alemã e de preservação de sua identidade. Essa organização está, desde o início, sob o controle dos jesuítas e de pessoas ligadas a eles” (GERTZ, 1991, p. 38).

Conforme Neumann (2014), os projetos de colonização étnica eram bem vistos “pela ala germanista” do estado do Rio Grande do Sul, enquanto projetos de colonização mistos eram criticados pela “despreocupação com questões étnicas e confessionais”. A fundação da colônia Porto Novo está associada a esse contexto: o desejo de fundação de um núcleo que possibilitasse a reprodução étnico-confessional.

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina com destaque para a localização dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis



Fonte: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/12/mapa-sc-municipios.jpg>

Diante dessa decisão de formação de um povoado confessional católico e alemão, em 28 de janeiro de 1926, ocorre a primeira aquisição de terras que compreenderá o projeto Porto Novo. “A compra foi acertada após longas negociações. As terras ofereciam uma vantagem rara no sul do Brasil” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 59). O projeto de colonização Porto Novo torna-se um dos primeiros prolongamentos da colonização teuto-brasileira católica do Rio Grande do Sul em Santa Catarina. (HEINEN, 1997, p. 71). Em termos territoriais, a Colonização Porto Novo representa, atualmente, os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.

Conforme Eidt, esse foi o “palco de uma das organizações coletivas mais fechadas de que se tem conhecimento no Brasil” (EIDT, 1999, p. 15), cujas terras foram gradativamente ocupadas, especialmente por colonos oriundos do Rio Grande do Sul, que naquele momento enfrentava o crescimento demográfico e a escassez de terras, cujos fatores impulsionaram os descendentes de imigrantes migrarem em busca de novas regiões de colonização, favorecendo que muitos colonos, em sua maioria jovens, buscassem a nova colônia em formação, que a essa altura tinha a garantia de ser uma terra muito promissora para o desenvolvimento da agricultura.

A pioneira Maria W. Rohde, esposa de Carlos F. Rohde, um dos administradores da colônia, escreve que, em julho de 1927, Porto Novo tornou-se paróquia (São Pedro Canísio) e desse feito resultaram anúncios, em forma de propaganda, publicados no *Skt Paulusblatt* para encorajar compradores ainda indecisos em relação à promessa de sucesso do empreendimento do projeto de colonização da *Volkverein*: “Porto Novo já é elevado a Paróquia, por isso conta com a presença permanente de um sacerdote, uma felicidade inestimável para os católicos” (apud ROHDE, 2011, p. 33). Nessa fala é evidente o quão explorado é o sentimento religioso entre os colonizadores da região.

Afirmar que a presença diária de um sacerdote representa uma felicidade inestimável é a comprovação do quanto o projeto é alicerçado na religiosidade. Sobre a criação da Paróquia: “em dezembro de 1926 o bispo de Florianópolis criou a paróquia de Porto Novo, Itapiranga, confiada aos Padres da Sagrada Família. A paróquia não

teve suas divisas demarcadas, por falta de mapas do Oeste” (HEINEN, 1997, p. 41). É importante destacar a influência dos padres jesuítas sobre a colônia, visto que ela era um espaço fechado e organizado pelos jesuítas por meio da *Volkverein* - cujos trabalhos eram por estes coordenados - em meio à mata em uma ausência quase total dos órgãos de Estado. Essa realidade concedia poder e obrigava os religiosos a atuarem em quase todos os aspectos da colônia, especialmente na organização social.

Nos anos iniciais do projeto de colonização, o acesso à colônia era possível apenas pelo Rio Uruguai, de Porto Feliz (hoje Mondai-SC) a Porto Novo. O abastecimento da colônia com gêneros e mantimentos também ocorria por esse meio, o que segundo Eidt (2011), causava um sentimento de isolamento. Rambo (2011) considera o processo migratório das colônias mais antigas para Porto Novo uma “ruptura” comparável até mesmo à imigração da Alemanha ao Brasil:

Partir para uma frente de colonização distante mais de quatrocentos quilômetros, implicava um rompimento praticamente total e definitivo, fato que assustava não poucos. Nessa situação, somente pessoas mais afoitas, mais empreendedoras e, quem sabe, em situação muito difícil, dispunham-se a enfrentar uma ruptura, comparável àquela que seus pais ou avós assumiram ao emigrarem para o Brasil. (RAMBO, 2011, p. 286).

O crescimento populacional da colônia era perceptível, o que pode ser percebido no Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga, que faz referência ao “crescimento” do trabalho pastoral, chamado também de movimento religioso do clero na colônia, especialmente a partir do ano 1931. No mesmo sentido, Rohde (2011) escreve que o progresso era evidente na nova colônia e esta saltava a olhos vistos. Cita por exemplo, o número de pessoas que fixaram residência em Porto Novo no primeiro semestre de 1931, cinco anos após o surgimento do empreendimento: “358 colonizadores migraram para Porto Novo entre 1º de janeiro e agosto de 1931. Com isto o número de habitantes, contando-se os nascimentos ocorridos aqui, chegava a quase 2.000 pessoas” (ROHDE, 2011, p. 153). Essas informações comprovam que em poucos anos a procura pelos lotes de terra em Porto Novo era significativa, sobre isso, Koelln conclui que “Porto Novo crescia e prosperava sob uma

direção segura e enérgica, incentivada e apoiada pela Igreja Católica” (KOELLN, 1980, p. 57).

A procedência dos primeiros colonos, que inicialmente instalaram-se em Porto Novo, eram, em sua maioria, descendentes de imigrantes que, durante o século XIX, instalaram-se no Rio Grande do Sul. “Somente por volta de 1932 os *Bundesdeutsche*, imigrantes vindos diretamente da Alemanha, os *Deutscherumänen*, da Bessarábia e Romênia, assim como alemães que saíram de outras colonizações começaram a migrar para a colônia da *Volksverein*” (WERLE, 2011, p. 178).

O Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga traz anotações a respeito da visita pastoral do Bispo, realizada de 29 de novembro a 8 de dezembro de 1935, e faz a seguinte revelação em relação à formação da colônia Porto Novo:

É esta parochia ainda nova, formada de colonos catholicos de origem allemã vindos em sua grande maioria do Rio Grande Do Sul. Poucos os que vieram diretamente da Europa, estabelecendo-se logo aqui! – há ainda nesta região que se vai colonizando extensas mattas virgens de terras fertilíssimas. Ainda poucas terras que o braço calorioso do colono amanhou ou antes começou amanhar. - Apesar da distancia em que transita a via férrea, prevê-se que em breve futuro esta região prosperará sempre mais e crescerá não pouco o número de seus habitantes que se irão internando pelas florestas adentro. (LIVRO TOMBO, 1935, p. 9).

A anotação segue com a seguinte fala: “notamos com satisfação que o povo, sob a dedicada e esclarecida direção dos Padres da Companhia de Jesus, é em geral crente, piedoso e praticante da religião” (LIVRO TOMBO, 1935, p. 9). As expressões que classificam o povo de Itapiranga como crente, piedoso e praticante da religião, certamente expressam a alegria e entusiasmo dos religiosos em relação à colonização constituída sob os pilares comunitários e protetora da fé cristã. Outras anotações de visita pastoral realizada de 23 a 28 de abril de 1937, sustentam as hipóteses levantadas anteriormente, e, mais uma vez, referem-se ao povo de Porto Novo como compenetrado da sua fé católica e cumpridor dos deveres religiosos, enaltecendo a educação cristã ministrada à infância e à juventude, conforme lemos:

Encontramos aqui um povo compenetrado da sua fé catholica e cumpridor dos deveres religiosos. A dedicação da população em pezo,

- de crianças, jovens, senhoras e homens, - aos santos sacramentos e à S. missa, em todos os dias, foi a prova evidente do espirito de catholicidade que aqui domina e da educação christã ministrada à infância e juventude. É esta a nossa grande, e maxima satisfação; que pedimos a Deus queira conservar perpetuamente nos corações dos moradores daqui. (LIVRO TOMBO, 1937, p. 11).

A anotação traz outra informação importante, relacionada à ordem e à disciplina dos moradores da paróquia: “Muito nos impressiona a ordem e disciplina do povo em todas as manifestações e encontros que tivemos” (LIVRO TOMBO, 1937, p. 12).

Essas considerações são relevantes, pois evidenciam a importância do clero na formação da colônia Porto Novo e na assistência religiosa dos moradores. Da mesma forma, os registros paroquiais representam uma importante fonte de estudos, uma vez que são apontamentos feitos pelo clero dentro de contextos históricos específicos, sendo, dessa forma, importante para a compreensão dos eventos temporais.

As escolas paroquiais: aspectos de uma educação étnica e confessional

Uma das preocupações no espaço carente de estrutura de Porto Novo estava na questão escolar. Desde os primeiros anos de colonização, eram edificadas junto às comunidades, em locais estratégicos, as denominadas *Schulkapelen*, onde aos domingos eram realizadas celebrações religiosas e, durante a semana, serviam de escola para letrar os filhos dos primeiros moradores. Esse modelo devia-se à falta de recursos para a edificação de modelos específicos.

Com relação ao modelo para criação e instituição das escolas em Porto Novo, denominadas Escolas Paroquiais, Eidt (1999) contextualiza que o padrão escolar foi inspirado no modelo autoritário e confessional das escolas paroquiais do Rio Grande do Sul. Argumenta que em todas as comunidades rurais de Porto Novo foram fundadas escolas, especialmente por motivo religioso. “Com uma estrutura técnico-pedagógica deficiente, o currículo limitava-se a leitura, escrita, cálculos e sessões diárias de catecismo e aulas de religião” (EIDT, 1999, p. 11). Ainda sobre a implantação das escolas nas colônias alemãs, Rambo esclarece que,

[...] os colonos nada podiam esperar das autoridades de qualquer nível que fosse, a escola significou para eles uma questão de honra. Dessa maneira, foi possível que a escola fosse de fato considerada e assumida como uma tarefa, uma atribuição da comunidade como instrumento para atender às suas reais necessidades e, em consequência, ajustada à filosofia social, cultural e religiosa dos colonos. Por isso a escola comunitária foi pensada, projetada, implantada, executada, cultivada e conduzida como uma instituição essencialmente comunal. Destinava-se ao atendimento das necessidades imediatas e mediatas da comunidade. Daí as suas características institucionais ímpares, seu perfil didático pedagógico único. Não foi o produto de um trabalho teórico e de modelos e métodos impostos por especialistas e tecnocratas, desconhecedores e divorciados da realidade cotidiana do meio colonial. Pelo contrário, foram a resposta dos colonos aos desafios educacionais numa situação de isolamento e carência de recursos. E, nesse contexto, a escola comunitária demonstrou ter sido uma das grandes contribuições dos colonizadores de origem alemã. Realizaram a façanha de praticamente reduzirem o analfabetismo a zero na região de colonização alemã, quando, na época, no restante do país o índice beirava os oitenta por cento. (RAMBO, 2011, p. 19).

Em relação à figura do professor no meio social, “ser professor, naquela época, era muito mais do que ministrar aulas. Cabia-lhe um papel na sociedade cheio de compromissos, como dirigir o coral, preparar a leitura de missas e outros eventos, ser catequista, conselheiro, participar de casamentos e enterros, enfim, ser líder” (JAEGER, 1999, p. 21). Sua função, vista como vocação e sacerdócio,

[...] foi decisiva para a imposição de um conjunto de crenças e códigos absolutistas que perpetuavam de um modelo de vida grupal e normativo. Esse modelo pretendia, na verdade, corrigir debilidades e deficiências verificadas nas regiões de origem dos migrantes. Inúmeras estruturas já decadentes nas regiões origem dos migrantes, foram novamente revitalizadas no Projeto Porto Novo. Inovações introduzidas no convívio social e religioso das colônias velhas para as novas foram literalmente esquecidas. (EIDT, 1999, p. 11).

Heinen (1997) contextualiza a estrutura montada e considera fundamental a “boa” organização das comunidades para a eficiência das Escolas Paroquiais. O professor lecionava e ao mesmo tempo era catequista, dirigente do coral, organista, sacristão, dirigente do culto dominical, hospedeiro do padre, conselheiro das famílias etc. Comumente, o professor residia com sua família em uma casa construída pela comunidade e dispunha de terra para fazer a sua própria roça. Os professores eram contratados pela *Volkverein* e os pais dos alunos contribuíam financeiramente para a manutenção do professor e da escola na comunidade. Desse modo, o analfabetismo era reduzido na colônia.

Quanto à contribuição financeira para manter a escola e o professor, o Livro Tombo traz uma fala importante: “fundou-se para cada aula (escola) uma caixa – *kasse*, à qual cada sócio paga 2\$ annuaes, e esse dinheiro é exclusivamente só para o bem da aula” (LIVRO TOMBO, 1932, p. 7).

Figura 2 – O professor e seus alunos, modelo de escola paroquial de Itapiranga, ano de 1936



Fonte: Eidt (1999, p. 38).

O sistema de ensino paroquial de Porto Novo seguia um modelo padrão:

- a) A comunidade interessada ficou incumbida de providenciar o estabelecimento e contribuir mensalmente para a manutenção do professor;
 - b) A escolha do professor era uma exclusividade do clero e da Volksverein;
 - c) A supervisão das atividades do professor estava ao encargo do clero;
 - d) A SUP auspicava todo o complexo educacional da colonização.
- Pautados nesse sistema rígido de organização, formou-se uma forte identidade sócio cultural e religiosa coletiva em todas as comunidades rurais de abrangência da colonização. (EIDT, 1999, p. 22).

Havia um considerável interesse entre o clero para que o modelo das escolas paroquiais funcionasse com êxito na colônia. Isso pode ser comprovado com uma anotação feita no Livro Tombo durante uma visita pastoral realizada na paróquia no mês de abril de 1937. No Livro consta: “Quizemos que todos compreendessem sempre mais a importância da manutenção da escola parochial, afim de garantir para todo o sempre a instrução catholica dos seus filhos” (LIVRO TOMBO, 1937, p. 12).

Esse modelo de ensino, denominado de escolas paroquiais, hoje, certamente seria denominado de escolas confessionais, pois, na realidade, o modelo assim funcionava. Era um modelo de currículo, como expresso anteriormente em Eidt (1999), que, aos olhos do clero, era crucial ao projeto de colonização, sendo a leitura, a escrita e os cálculos essenciais para a alfabetização, enquanto as sessões de catequese e catecismo eram eficazes para a manutenção da comunidade católica, orante e religiosa, sendo este o grande, talvez o maior, interesse do clero local. Assim, ensinava-se nessas escolas paroquiais o que era de interesse do clero, pois este era responsável pela elaboração do currículo.

Dessa forma, quando ocorreu a nacionalização do ensino, em 1938, houve uma significativa objeção do clero ao novo modelo de ensino:

Em agosto de 1938 começou a luta pelas Escolas Paroquiais, em Santa Catarina. O Estado nada fizera pelas escolas em Itapiranga. As que havia, tinham sido organizadas pela paróquia, com auxílio da Colonizadora e das próprias comunidades. As do interior funcionavam todas na respectiva capela. Os pais pagavam pequena taxa mensal ao professor, que recebia um

reforço da Colonizadora, também muito modesto. (HEINEN, 1997, p. 154).

É claro que, com as escolas sendo conduzidas pelo governo, o clero não poderia mais indicar seus professores. Aliás, os professores poderiam vir de fora, o que representaria a “entrada de agentes estranhos” e, conseqüentemente, o currículo seria adaptado e o clero, por sua vez, não teria mais influência direta na formação das crianças e adolescentes, ou seja, perderia o controle sobre a sociedade civil, exercido também nas escolas.

Anotações no Livro Tombo, datadas de Março de 1939, dão conta que o clero queria, de todas as formas, manter as escolas paroquiais. Há um registro muito significativo que dá uma dimensão em relação ao esforço praticado pelos Jesuítas para a manutenção das referidas escolas. Trata-se de uma anotação sobre a substituição inesperada do padre Vigário Francisco Riederer. Essa anotação transparece o sacrifício em prol de

[...] preservar as aulas particulares católicas desta paróquia, sobre as quais se fizeram toda a especial de dificuldades, e isso de pessoas que se dizem católicos e muito devotos e esses não descansaram até que essas escolas particulares católicas foram abolidas pelo governo e substituídas por escolas estaduais, não admira que o Vigário Riederer sofresse muito com esse trabalho e perseguição de sustentar e salvar as aulas particulares, como se lê nas anotações precedentes desse livro. (LIVRO TOMBO, 1939, p. 15-16).

Esse registro é muito revelador e comprova que o clero tentou de diversas formas opor-se ao fechamento das escolas paroquiais, em uma luta contra as medidas governamentais para a manutenção do modelo escolar. A saída inesperada do Vigário da Paróquia São Pedro Canísio, nesse momento, certamente esteve associada a uma possível ameaça de prisão que poderia concretizar-se diante de sua oposição à implantação do novo sistema de ensino.

O que comprova e sustenta a tese, é uma anotação de Heinen: “o vigário, Pe. Riederer, foi avisado de que seria preso no dia seguinte. Partiu de noite para a outra margem do Uruguai, alegando chamado urgente a Porto Alegre. Voltou o Pe. Teodoro Treis, brasileiro” (HEINEN, 1997, p. 156). O padre Francisco Xavier Riederer, S.J., era de descendência alemã, nascido em 28 de novembro de 1884, em Regensburg, na Baviera. Imigrou ao Brasil em

1921 para dedicar-se à atividade sacerdotal em diversas regiões coloniais da Região Sul.

Os registros no Livro Tombo dão uma noção do descontentamento em relação aos professores nomeados para assumir as aulas junto às escolas. A nomeação de alguns professores não foi bem recebida pelo clero. Em alguns registros do Livro Tombo evidencia-se esse descontentamento em uma clara oposição aos decretos do então interventor do estado de Santa Catarina, Nereu Ramos.

Durante o período das escolas paroquiais, o professor costumeiramente residia em uma casa construída pelos moradores da comunidade especialmente para abrigar o professor e sua família. Quando da nomeação dos professores pelo estado, Heinen salienta que “apareceram elementos de baixo nível, alguns perversos e doentes para lecionarem no Oeste: desambientados, aguentaram pouco tempo” (HEINEN, 1997, p. 159).

O aviso para o fechamento das escolas paroquiais em Itapiranga chegou em setembro de 1938. Ao analisar o Livro Tombo, percebemos que o ano 1938 corria em considerável tranquilidade até que, em 3 de setembro, chega ao conhecimento das autoridades locais, o comunicado de que todas as escolas paroquiais passariam a ser escolas do governo. O decreto número 516, de 27 de agosto de 1938, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina segue transcrito na íntegra no Livro Tombo:

O Senhor Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, Considerando que, as escolas particulares do distrito de Itapiranga, no município de Chapecó, apesar de terem requerido o seu registro, foram proibidas de funcionar, em virtude de não haverem cumprido as exigências previstas no Decreto Lei estadual numero 88, de 31 de março de 1938 [...]

Decreta:

Art. 1º Ficam criadas doze escolas mistas no distrito de Itapiranga, no município de Chapecó, que serão assim localizadas: 1 – Linha Bahú; 2 – Linha Cotovelo; 3 – Linha Beleza; 4 – Linha Ipê – Popi; 5 – Linha Dourado; 6 – Linha Hervalzinho; 7 – Linha Jaboticaba; 8 – Sede São João; 9 – Linha Fortaleza; 10 – Linha Capella; 11 – Linha Chapéu; 12 – Linha Macuco.

[...]

Palácio do Governo, em Florianópolis, 23 de agosto de 1938.

Nereu Ramos (LIVRO TOMBO, 1938, p. 14-15).

A ordem não é imediatamente acatada e nos registros do Livro Tombo consta que em 27 de setembro chega a Itapiranga uma comissão “para pôr em efeito o decreto de 23 de agosto de 1938” (LIVRO TOMBO, 1938, p. 15). Assim, durante o Estado Novo, com a nacionalização do ensino, em 1938, as escolas paroquiais em Porto Novo foram extintas, sendo assumidas pelo poder público.

Caracterização do acervo documental paroquial

Os registros paroquiais são considerados fontes ímpares para consultas e pesquisas no que tangem as condições de vida e desenvolvimento das colonizações no Sul do Brasil. Podemos considerar que em praticamente todas as colonizações germânicas há registros feitos por autoridades eclesiais, o que era uma prática considerada rotineira, pois era necessário registrar as realidades, as deficiências e as conquistas da vida colonial. Os religiosos, das mais diversas congregações, sejam elas católicas ou luteranas, consideravam-se responsáveis pelo amparo moral, educacional e religioso da população, surgindo daí a necessidade dos registros e do acompanhamento das condições de vida na colonização.

Muitos arquivos das colonizações alemãs do Sul do Brasil podem não estar à disposição nas paróquias devido a diversas situações, como a falta de organização e resguardo adequado com a integridade do material. No entanto, muitos dos registros feitos acerca das colonizações podem ser encontrados no arquivo das Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Lá podem ser encontrados inúmeros registros paroquiais, com destaque para o arquivo da Sociedade união Popular – *Volkverein*, que engloba materiais que vão do ano de 1912 a 2001. De maneira geral, as paróquias das regiões de colonização alemã do Sul do Brasil conservam registros feitos por lideranças religiosas sobre os mais variados aspectos da vida social, principalmente do quesito educacional.

Já o arquivo da Paróquia São Pedro Canísio, localizado em Itapiranga, que é o pano de fundo de nossa análise, encontra-se bem conservado. O Livro

Tombo da Paróquia, composto por um volume, engloba registros manuscritos redigidos em alemão e português, geralmente feitos pelo pároco ou outro religioso que ali atuou. Os registros iniciam em 1926 e estendem-se ao longo dos anos, tendo maior intensidade em determinados períodos, dependendo, obviamente, da dedicação de quem estava à frente da paróquia. Portanto, em alguns anos os registros são quase que diários, enquanto em outros há meses sem nenhum apontamento.

No Livro Tombo podemos encontrar registros sobre os mais variados temas que vão desde aspectos do cotidiano, migração e desenvolvimento populacional da colonização, relações sociais, aspectos econômicos e políticos, isto é, como a autoridade religiosa concebia-se como tuteladora dos processos sociais. Evidentemente, os registros e relatos ali presentes abarcam uma série de aspectos e isso, por si só, já representa uma fonte riquíssima de pesquisa histórica.

No entanto, como qualquer análise histórica, é preciso ter cautela e prudência quando se analisa um arquivo histórico de ordem religiosa, como é o nosso caso. Como se trata de um registro paroquial, os apontamentos estão carregados de conjunções de ordem moral e comportamental. Ou seja, é um ponto de vista de alguém sobre determinado acontecimento e dependendo da leitura e da perspectiva que se dá sobre determinado acontecimento pode-se cair em um casuísmo ou até mesmo em um julgamento de valor. É preciso sempre estar atento ao momento histórico e ao contexto em que se vivia. A autoridade religiosa de Itapiranga concebia-se e isto obviamente fica mais claro nas primeiras décadas de colonização, quando a ordem religiosa representava o regador das relações sociais, como a responsável pelo tutelamento dos “bons” costumes. E isso, aos olhos do presente, pode soar de forma estranha.

Considerações Finais

O objetivo do presente texto era de analisar a relevância documental e histórica que representam os registros paroquiais. Em uma colonização como a de Porto Novo, idealizada para ser de caráter étnico de confessional, as escolas paroquiais representaram um

meio efetivo de manutenção de padrões morais e sociais decorrentes desse modelo social que teve o catolicismo e germanidade como princípio fundamentador.

Os registros paroquiais, no nosso caso específico o Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio, oferecem uma série de subsídios para a análise e caracterização dos padrões educacionais implantados nas cercanias da Paróquia. Esse modelo de escola paroquial, que perdurou em Santa Catarina até o ano de 1938, transcende a temporalidade referida, pois deixa traços caracterizantes na sociedade, o que é inerente ao processo formativo escolar.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DA PARÓQUIA SÃO PEDRO CANÍSIO. **Livro Tombo da Paróquia**. Itapiranga, SC, 1926-1938.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação** – uma identidade em crise. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

_____. SILVA, Edinaldo Enoque. **Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado**. Curitiba: CRV, 2011.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

JAEGER, Ervino Eugênio. **A terra que eu sonhei**. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 1998.

KLAUCK, Samuel. Representações da organização familiar e comunitária dos teuto-brasileiros católicos do Rio Grande do Sul a partir da revista Skt. Paulus-Blatt (1912 a 1934). **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 141-152, jan./jun. 2014.

KOELLN, Arno. Porto Feliz: **a história de uma colonização as margens do Rio Uruguai**. Mondai: Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

NEUMANN, Rosane Márcia. Imigração e identidade étnica: a construção do “ser alemão” no Sul do Brasil. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2014.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. **Pe. J. E. Rick, SJ: Cientista, colonizador, apóstolo social, professor**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RAMBO, Arthur Blásio. **Somando forças: o projeto social dos jesuítas do sul do Brasil**. São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina**. Curitiba: CRV, 2011.